



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa N.º 17/118
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
5 de Abril de 2017

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 USA

Corpo Técnico do FMI conclui Missão de Avaliação a São Tomé e Príncipe

Os comunicados de imprensa no fim das missões incluem declarações das equipas do FMI que divulgam conclusões preliminares após uma visita a um país. As perspectivas expressas na presente declaração são inteiramente e exclusivamente do pessoal do FMI e não representam necessariamente as perspectivas do seu Conselho Executivo. Com base nas conclusões preliminares desta missão será elaborado um relatório pelo corpo técnico que, sujeito à aprovação da administração, será apresentado ao Conselho Executivo do FMI para discussão e decisão.

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada por Xiangming Li, Chefe de Missão para São Tomé e Príncipe, visitou São Tomé de 22 de Março a 5 de Abril de 2017 para discutir o progresso do programa económico apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês).¹

Na conclusão da missão, Xiangming Li, Chefe da Missão do FMI para São Tomé e Príncipe, emitiu a seguinte declaração:

“Estima-se que a economia de São Tomé e Príncipe tenha registado um crescimento de 4,1 por cento em 2016, impulsionado pelo forte desempenho na indústria transformadora (transformação de produtos alimentares) e na indústria do turismo. O crescimento mais acelerado ficou, em parte, limitado por atrasos nos desembolsos externos, que tiveram um impacto negativo na execução de projectos de investimentos financiados externamente. No final de 2016 a inflação subiu para 5,1 por cento, por comparação aos 4 por cento registados no ano anterior, devido sobretudo a factores pontuais, tais como a alteração do cabaz do IPC.

As perspectivas económicas são favoráveis, estimando-se que o crescimento atinja 5 por cento em 2017, impulsionado pela actividade no sector da construção civil e na indústria do turismo, que se prevê mais robusta, e apoiadas por uma maior entrada de investimento directo estrangeiro. Os preços do petróleo mais elevados em relação a 2016 deverão manter

¹ O ECF é um acordo de crédito que garante um compromisso sustentado do programa de médio a longo prazo no caso de se verificarem problemas na balança de pagamentos. O acordo para São Tomé e Príncipe no valor de DSE 4,4 milhões (cerca de USD 6,2 milhões ou 60 por cento da quota) foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI a 13 de Julho de 2015 (consultar Comunicado de Imprensa N.º 15/336).

os preços ao consumidor elevados; conseqüentemente, prevê-se uma desaceleração moderada da inflação para cerca de 4 por cento.

O déficit primário interno em 2016 foi significativamente mais elevado do que o esperado, excedendo a meta do programa em cerca de 2 do PIB, motivado por uma quebra acentuada das receitas dos impostos sobre as importações e por uma derrapagem na política fiscal no período que antecedeu as eleições presidenciais. Ao mesmo tempo, os atrasados internos, inclusive os atrasados da empresa estatal EMAE, aumentaram substancialmente. Como reflexo da pressão fiscal, o crédito interno ao Governo Central também aumentou.

As autoridades conseguiram progressos significativos nas reformas estruturais. A introdução de um mecanismo de ajuste automático dos preços dos combustíveis, em finais de 2016, que incluiu medidas de mitigação para os segmentos mais necessitados da sociedade, e o início da implementação de um plano de reforma para tornar a EMAE financeiramente viável foram passos importantes no sentido da resolução do problema de longa data da acumulação de atrasados internos, que têm dificultado os esforços de consolidação fiscal. As reformas para melhorar a política monetária e a estabilidade financeira - nomeadamente, a criação de uma Comissão de Auditoria para o Banco Central de São Tomé e Príncipe que desempenhe um papel semelhante ao das comissões de auditoria convencionais, e a avaliação da supervisão e da regulação bancária - foram igualmente concluídas. Além disso, as autoridades estão a desenvolver medidas para reformar o sector da justiça, que são cruciais para melhorar o ambiente de negócios.

Durante a Missão, as discussões centraram-se em medidas correctivas para resolver a derrapagem fiscal de 2016 e para reformular o orçamento de 2017 para garantir que são alcançadas as metas fiscais para este ano. Discutiu-se igualmente o reforço dos compromissos para o controlo da despesa pública que exige que as entidades orçamentais observem a dotação orçamental e as medidas para diminuir a evasão fiscal. Foram alcançados progressos positivos e as discussões deverão continuar nas próximas semanas. Além disso, encorajou-se as autoridades a utilizarem as receitas das privatizações (se existirem) para reduzir os atrasados e para criar um fundo de reserva para contingências. Foi ainda recomendada a liquidação expedita do Banco Equador e a implementação da estratégia de redução do crédito malparado no sector bancário para minimizar os custos fiscais e salvaguardar a estabilidade financeira. Se houver progressos na implementação do programa a terceira e quarta avaliações serão efectuadas conjuntamente e deverão ter lugar no Outono de 2017.

A Missão contou com a participação de David Owen, Director Adjunto do Departamento África do FMI e manteve encontros com S. Excelências o Primeiro Ministro da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada; o Ministros das Finanças, Comércio e Economia Azul, Américo Ramos; a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos

Humanos, Ilza Vaz; o Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Hélio Almeida; com a Comissão Parlamentar de Economia; quadros superiores do Governo, representantes do sector privado, nomeadamente com bancos, organizações profissionais e Câmara de Comércio, a comunidade de doadores internacionais e grupos de estudantes.

A Missão agradece às autoridades a calorosa hospitalidade e as conversações muito construtivas. A Equipa da Missão aguarda com expectativa um diálogo activo e continuado com o objectivo de manter a estabilidade macroeconómica e de alcançar um crescimento inclusivo em São Tomé e Príncipe.”